

OMUNDO ROMANO E AS INVASÕES GERMÂNICAS

Prof. Dr. Edison Lourenço Molinari (UFRJ – PPGLC)

RESUMO:

As tentativas de invasões germânicas iniciadas no século II a.C. culminaram com a tomada de Roma em 476. Os novos chefes adotaram o latim como língua oficial, e grande parte dos textos latino-germânicos foi reunida e publicada por G.H.Pertz (MGH).

Palavras-chave: Roma; invasões germânicas; germanismos.

1. Roma e o mundo germânico

Os Germanos habitavam além do Danúbio e do Reno e diferiam dos Romanos sob vários aspectos. Não conheciam Estado nem cidades segundo o modelo romano, mas comunidades: povoado, tribo, clã, família. Dedicavam-se à caça e aos combates, viviam da criação e da agricultura, adoravam essencialmente a natureza e suas forças, mas não possuíam colégios sacerdotais.

Os primeiros contatos entre Roma e o mundo germânico ocorreram no final do século II a.C. Pressionados por acidentes ambientais e pelo excesso populacional, dois grupos germânicos, os Teutões e os Cimbros, iniciaram um movimento de emigração para o sul, ameaçando seriamente as fronteiras do mundo latino e infligindo pesadas derrotas às legiões romanas, no norte da Itália. Coube ao general Caio Mário, que anteriormente já se notabilizara por suas campanhas vitoriosas sobre o rei Jugurta, a missão de enfrentar os invasores. Graças às reformas por ele introduzidas no exército romano e à sua experiência militar, venceu os Teutões em Aquae Sextiae (102 a.C.) e os Cimbros em Vercellae (101 a.C.), atingindo o ápice de sua carreira militar.

Meio século mais tarde, o general Caio Júlio César, nas campanhas da Gália, de 58 a 51 a.C., empreendidas para defender a Província romana localizada no sul da Gália, envolveu-se em várias lutas, tendo de enfrentar Ariovisto, chefe dos germanos suevos, derrotando-o e pondo fim a suas ambições expansionistas. Desta forma, Roma tomou consciência da ameaça germânica.

Durante o governo de Augusto, Quintílio Varo, designado para proteger a nova província organizada na fronteira germânica, foi brutalmente massacrado com suas tropas, numa emboscada armada pelos queruscos chefiados por Arminius em Teutoburgo, próximo ao rio Weser.

Tibério, apesar das vitórias de Germânico (14 -16 A.D.), abandonou os territórios à margem direita do Reno.

Os Romanos legaram-nos duas obras em que trataram dos bárbaros germânicos:

a . o *De bello gallico* de César, em cujo sexto livro são descritos os costumes dos gauleses (§§ 11-20) e dos germanos envolvidos na guerra das Gálias (§§ 21-28). Segundo César, os germanos dedicam-se à caça e à guerra, possuem hábitos seminômades, fixando-se em cada local somente durante um ano. Em épocas de guerra, são comandados por magistrados militares, mas durante a paz são governados por chefes regionais que exercem a justiça e resolvem contendas entre particulares.

b. a obra *De origine et situ Germanorum* de Tácito, mais conhecida como *Germania*, publicada em 98 d.C., dedica um desenvolvimento maior às populações situadas na Germânia renana e norte-ocidental. É um livro elaborado segundo as técnicas da retórica clássica, trata-se portanto de uma obra literária que se afasta dos padrões de um trabalho histórico, sobretudo pelo uso de antíteses e hipérbolos que lhe realçam o valor estético de várias de suas passagens. Apesar disso, apresenta um valor documentário seguro sobre a habitação e o vestuário, a vida cotidiana (a hospitalidade), a vida militar (armas e operações militares). Sob este último aspecto, vale registrar uma observação de Tácito sobre as relações que unem os chefes aos guerreiros que lutam sob seu comando. Os combatentes devem defender, salvar e engrandecer o prestígio de seus chefes com as próprias virtudes militares. Diz Tácito: “principes pro uictoria pugnant, comites pro principe” (14, 2). Estes laços de lealdade e submissão ao chefe serão o traço característico do mundo medieval, para a formação do feudalismo.

Os Romanos perceberam que a conquista da Germânia não lhes traria proveito e preferiram organizar solidamente sua fronteira, estabelecendo o “limes” além do Reno e do Danúbio, alinhado com postos fortificados que eram ocupados pelos soldados acampados nas duas províncias da Germânia.

No século III, Roma empreendeu uma reforma estrutural dos exércitos instalados nessas fronteiras e reorganizou seu comando, entregando os cargos militares a profissionais escolhidos das próprias fileiras do exército. Nessas tropas são empregados oficiais bárbaros.

Além de abrir seus exércitos aos bárbaros, os Romanos instalaram povos bárbaros em seu território como federados, não só para neutralizar seus ataques, mas também para confiar-lhes o cultivo de terras e manter com eles relações comerciais. Deste modo, unidos a Roma por um tratado (“foedus”), ocupariam terras romanas e forneceriam soldados ao Império. Esses tratados foram multiplicados nos séculos IV e V pelos imperadores com os bárbaros federados, lançando-se assim as bases para a constituição de uma civilização romano-germânica.

Apesar desses esforços, o Império Romano não pôde resistir às invasões germânicas, devido às crises originadas por vários fatores: dificuldades

econômicas, desigualdade social, desordem moral, provincialização do mundo romano, germanização do exército e a chegada dos hunos à Europa.

O período das grandes invasões começou quando os visigodos impelidos pelos hunos foram acolhidos pelo imperador Valente. Rompendo o acordo firmado, lançam-se ao sul, iniciando saques e derrotando as tropas imperiais. Contidos por Teodósio, retomam suas pilhagens com a morte desse imperador em 395. Nesse mesmo ano, o Império divide-se em dois, partilhado entre os filhos de Teodósio: a Arcádia coube o Império Oriental (helênico) e a Honório, o Império Ocidental (latino). Essa divisão tornou Roma ainda mais vulnerável aos ataques bárbaros, que gradativamente foram reduzindo seus territórios.

Podemos resumir as perdas territoriais romanas conforme segue abaixo.

A Dácia, conquistada por Trajano em 106, foi abandonada em 269 pelos Romanos, após derrotarem os godos que invadiram suas fronteiras orientais.

Por volta de 407, as tropas romanas deixaram a Britânia, para defender as fronteiras continentais do Império.

A Espanha foi invadida sucessivamente por vândalos, suevos e alanos. Os vândalos e os suevos rompem o tratado de federação e ocupam a Espanha em 428. Por último chegam os visigodos, que pouco a pouco ocupam o solo hispânico, obtendo a hegemonia em 470, fixando sua capital em Toledo. Em 589, Recaredo converteu-se ao catolicismo, fortalecendo os laços que uniam a realeza e a Igreja, e revitalizando o patrimônio cultural herdado dos Romanos. Santo Isidoro de Sevilha (c. 562-636), principal representante da latinidade visigótica, legou-nos uma vasta produção literária, devendo ser destacadas as *Etimologias* ou *Origens*, obra em que o autor realiza uma síntese dos conhecimentos da Antiguidade clássica e cristã. Em 711, os árabes chefiados por Tarique apoderam-se da Espanha visigótica, após transpor o estreito de Gibraltar (do árabe: “Geb-el-Tariq” - rochedo de Tarique).

A África é conquistada por Genserico, rei dos vândalos, que anteriormente havia saqueado a Espanha e descido em seguida na direção do sul. Em 458 os vândalos tornaram-se senhores de toda a província da África.

Durante o século V, a Itália sofreu vários ataques de invasores germânicos até que em 476 Odoacro, chefe dos hérulos, depôs o imperador Rômulo Augústulo e devolveu as insígnias imperiais a Bizâncio, pondo fim ao Império do Ocidente. Desta forma restabeleceu-se a unidade imperial, interrompida pela morte de Teodósio em 395. Segundo Toynbee (1984:94), os gregos bizantinos, fascinados pelos seus antigos conquistadores romanos, passaram a chamar-se Romanos, “Rhomaíoi” em vez de helenos. Para eles a palavra “helenos” passou a significar os gregos pré-cristãos, e Rhomaíoi passou a denominar os gregos que eram cristãos ortodoxos orientais, e não mais os Romanos que falavam latim. O grego falado por essas populações passou a denominar-se “romaico”, e até hoje essa denominação é aplicada ao grego demótico. Segundo o mesmo historiador (1984: 170), após a

primeira tomada de Constantinopla em 1204, o nome de helenos começou a ser reabilitado com um sentido laudatório de herdeiros vivos da gloriosa civilização grega helênica.

Odoacro não conseguiu manter um domínio estável na Itália, sendo derrotado pelos ostrogodos comandados por Teodorico que fundou um reino nessa região, o qual se manteve até a chegada dos lombardos em 568. Derrotados em 756 por Pepino, o Breve, parte do território lombardo foi doada a S. Pedro e nele foi criado o estado pontifício que subsistiu até 1870. Em 773 Carlos Magno incorporou os lombardos ao seu reino.

A Gália foi ocupada por visigodos, alamanos, francos e burgúndios, até que Clóvis, rei dos francos de 480 a 511, iniciou a conquista pela unificação do território gaulês sob sua autoridade. Convertendo-se ao catolicismo em 496, Clóvis lançou os fundamentos da França e propiciou a expansão da nova fé nas regiões por ele conquistadas. A dinastia merovíngia fundada por Clóvis manteve-se até 751, quando o prefeito do palácio real Pepino, o Breve, destituiu Childerico III. Estava fundada a dinastia carolíngia.

2. Da dinastia carolíngia à dinastia otôniana

Carlos Magno, filho e sucessor de Pepino, tornou-se rei dos francos em 768. Combateu e derrotou o rei dos lombardos em 773, ao defender o interesse papal, e assumiu a coroa da Lombardia. Com o objetivo de formar um quadro administrativo de funcionários qualificados, fundou em seu palácio uma escola de estudos clássicos, confiada à direção de Alcuíno de York. Este supervisionou o ensino das artes liberais, estabeleceu a revisão da *Vulgata* e deixou numerosa correspondência, que serviu como modelo de composição latina. Das atividades da escola palaciana originou-se a Renascença Carolíngia.

Depois de submeter ao controle político e militar os povos românicos e germânicos cristãos ocidentais, Carlos Magno foi coroado imperador do Ocidente pelo papa Leão III, no Natal de 800, em Roma. Era restabelecido um império mundial sobre bases latinas, tendo porém como eixo o norte europeu e não mais a região mediterrânea, situando-se sua capital em Aix-la-Chapelle (na atual Renânia do Norte – Westfália). A autoridade imperial de Carlos Magno foi reconhecida pelo imperador bizantino em 813.

Nesse mesmo ano, Carlos Magno coroou imperador seu filho Luís, o Piedoso, que assumiu o poder em 814. Luís decidiu resolver o problema de sua sucessão, seguindo a tradição germânica da partilha entre seus três filhos, em 817. Concedeu o título imperial a Lotário, seu filho mais velho; Pepino tornou-se rei da Aquitânia, e Luís, rei da Baviera e da Boêmia. Tendo enviuvado, Luís contraiu novas núpcias, nascendo Carlos, seu quarto filho, a quem ele atribuiu um reino

com os demais filhos. Estes revoltaram-se, provocando o afastamento do pai do poder em 832. Este retornou ao trono em 834, pois Lotário não fora reconhecido como imperador pelos irmãos Pepino e Luís. Com a morte de Pepino, o imperador concedeu a Carlos o território do falecido, retirando-o de seu neto Pepino II.

Com a morte do imperador em 840, continuaram as discórdias entre seus filhos. Luís e Carlos aliaram-se e infligiram sangrenta derrota a Lotário em Fontenoy, aos 25 de junho de 841. Esta batalha foi imortalizada nos versos do poeta Angilberto, tio dos reis contendores. Luís e Carlos decidiram fortalecer a sua aliança aos 24 de fevereiro de 842 em Estrasburgo, firmando um compromisso solene de ajuda mútua, perante seus soldados. Carlos pronunciou seu juramento no dialeto germânico falado pelas tropas do irmão, e Luís proferiu-o no dialeto românico falado pelas tropas de Carlos. Os textos que perpetuaram esses discursos são conhecidos como os *Juramentos de Estrasburgo* e constituem o primeiro documento escrito em francês e o primeiro documento escrito em alemão. Os juramentos foram registrados por Nitardo, filho de Angilberto e primo dos reis aliados, em sua obra intitulada *História dos filhos de Luís, o Piedoso*, escrita a pedido de Carlos.

Lotário obteve a paz dos irmãos vitoriosos, e em agosto de 843 foi firmado em Verdun um tratado que efetivou a partilha do império. A Carlos coube a parte ocidental do império, que deu origem à França na qual os Carolíngios, com interrupções temporárias, exerceram o poder até 987. A Luís coube a parte oriental do império, que originou o reino da Germânia, atual Alemanha. A Lotário, que conservou o título imperial, coube a região intermediária que se estendia da Itália até o Reno, em cujo interior se achavam as duas capitais do império, Roma e Aix-la-Chapelle, mas que se fragmentou meio século depois. O tratado de Verdun rompera para sempre a unidade do Império Carolíngio.

O reino da Germânia foi dividido em cinco ducados após a abdicação de Carlos, o Gordo, neto de Luís, o Piedoso. Em 919, Henrique, duque da Saxônia, obteve o reinado e conseguiu designar seu filho Óton como sucessor, o qual retomaria a tradição da monarquia carolíngia. Em 936, Óton subiu ao trono, sagrou-se em Aix-la-Chapelle e impôs sua autoridade aos duques e à Igreja. Como já fizera Carlos Magno, interveio fora dos limites de seu reino e em 951 apoderou-se da coroa real da Itália. Aos 2 de fevereiro de 962 foi coroado “imperator et augustus” pelo papa João XII. Criava-se então o Sacro Império Romano-Germânico inspirado no modelo carolíngio. Depois que Óton I foi reconhecido por Bizâncio, seu filho Óton II (**imperador de 973 a 983**) tomou por esposa a princesa bizantina Teófane, e dessa união nasceu Óton III (980-1002). Aos três anos, este subiu ao trono, tendo tido duas eficientes regências: a primeira sob o controle de sua mãe, a segunda sob o controle de sua avó materna Adelaide, descendente dos carolíngios. Óton III sonhava criar um império universal romano, mas morreu muito jovem, numa época de brilhante renovação cultural. Três foram as causas do renascimento cultural do século X. A primeira foi a fundação da Ordem de Cluny, iniciada em 910,

na Borgonha e apoiada pelos soberanos da França e da Germânia. Esta reforma propiciou a retomada das atividades intelectuais nos meios monásticos, onde se instalaram novos centros de estudos. Este florescimento cultural também se deve aos imperadores otônianos que protegeram os clérigos e os monges letrados. Um terceiro elemento de renovação cultural se deve ao contato com a Catalunha, através da qual o Ocidente tomou conhecimento da ciência muçulmana. A reativação dos estudos literários não se circunscreveu ao domínio da latinidade, mas estendeu-se também às línguas vernáculas, principalmente na Inglaterra e na Germânica.

A dinastia otôniana extinguiu-se em 1024, e o Sacro Império, Primeiro Reich da história alemã

(reich = império, da raiz indo-européia *reg- dirigir, comandar, governar), subsistiu até 1806, quando Francisco II renunciou à coroa alemã. A Alemanha teve ainda um Segundo Reich (1871-1917), elaborado por Bismark e proclamado em Versalhes, e o Terceiro Reich (o regime nacional-socialista: 1933-1945).

Quando os chefes germânicos, no início da Idade Média, constituíram seus reinos, adotaram o latim como língua oficial da administração e determinaram que toda a legislação fosse escrita na nova língua. Grande parte desse material foi reunida e publicada por G. H. Pertz, sob o título *Monumenta Germaniae Historica (MGH)*, *Monumentos Históricos da Germânia*. Nessa coleção foi incluída também a produção poética da latinidade germânica medieval.

3. Os monumentos históricos da Germânia

Segundo Laffont-Bompiani (1994: 4792), o *MGH* é uma vasta coleção de fontes históricas, organizada pela “Sociedade para o estudo da História mais antiga da Alemanha”, iniciada em 1827 sob a direção de Pertz. Ela reúne em edições críticas todos os textos latinos ou em língua vulgar antiga que datam do século VI ao século XVI e constituem as fontes da história e da cultura alemã medieval. A coleção, formada de treze seções, foi confiada aos cuidados de historiadores e filólogos alemães mais conhecidos que escreveram para cada texto publicado uma introdução fundamental, tanto sob o ponto de vista filológico quanto sob o ponto de vista histórico e literário. Esta obra monumental é um dos mais notáveis patrimônios filológicos alemães e constitui a mais preciosa e completa fonte da civilização germânica. Seu conteúdo pode ser resumido como segue abaixo:

- a . autores da Antiguidade tardia
- b . escritores do período merovíngio
- c . autores da história lombarda e italiana
- d . libelos sobre a contenda entre imperadores e pontífices
- e . legislação dos visigodos, burgúndios e alamanos, capitulares francos, concílios, constituições e atas públicas dos reis e imperadores

- f . diplomas do período germânico carolíngio
- g . diplomas dos reis e imperadores germânicos de Conrado I e Henrique I a Conrado II
- h . correspondência do papa Gregório Magno
- i . cartas dos períodos merovíngio e carolíngio
- j . epístolas dos pontífices romanos
- l . a produção poética da Idade Média germânica
- m . escritores vernáculos, i.e., autores de crônicas escritas em alemão medieval
- n . necrológios

Os textos reunidos no *MGH* comprovam a existência de uma civilização romano-germânica, e esse fato reflete-se na língua que lhe serve de veículo. Os germanismos começaram a ingressar no latim ainda na época imperial, mas se tornaram numerosos a partir das grandes invasões do século V.

4. Os germanismos no léxico latino

Segundo Pierre Riché (1996: 74), a língua latina se enriqueceu de numerosas palavras usuais, tomadas de empréstimo ao germânico: termos de guerra, de instituições e também termos da vida cotidiana. Assim constituiu-se no Ocidente uma língua da qual saíam as diferentes línguas românicas. Os textos das leis, diplomas, cartas e outros documentos oficiais oriundos dos reinos germânicos, bem como as histórias e crônicas escritas a partir do século VI, apresentam uma língua entremeada de vulgarismos e reminiscências clássicas, servindo assim como fontes para o conhecimento do latim corrente no qual os germanismos também estão presentes. Nos séculos subsequentes de florescimento literário, os germanismos consagraram-se no léxico latino, visto que muitos desses termos suplantaram seus equivalentes latinos.

O conhecimento desses termos também se deve aos glossários. Trata-se de vocabulários rudimentares, geralmente unilíngues, que traduzem palavras e construções consideradas estranhas ao uso da época, por expressões mais correntes (glosas). Dentre esses documentos destacaremos:

a . as *Glosas de Reichenau*, assim chamadas a partir do nome da abadia onde se encontrava o manuscrito do século IX, redigidas provavelmente no norte da França no fim do século VIII. A primeira parte explica expressões colhidas da Bíblia, através de palavras ou perífrases familiares aos leitores; a segunda parte é um glossário alfabético. Interessam a este trabalho as glosas que estabelecem a correspondência entre latinismos e germanismos no latim corrente.

b . as *Glosas de Kassel*, escritas provavelmente no século XI, são uma espécie de vocabulário turístico românico-bávaro, e já revelam uma transição entre

formas latinas e formas românicas.

Seguem-se alguns exemplos de germanismos latinizados:

“baro” - homem livre, guerreiro; com o sentido de guerreiro encontramos o substantivo barão nos *Lusiadas*, 1, 1 : “As armas e os barões assinalados”; no português atual barão é um título de nobreza, e existe a variante varão com o sentido de homem.

“burgus” - fortaleza; é sinônimo de “castellum”; como segundo radical, aparece em topônimos românicos e germânicos: Estrasburgo, Friburgo, Hamburgo; ao mesmo radical prendem-se burguês e burguesia.

“feudum” - feudo; o mundo germânico não conhecia a noção de “res publica”, assim o território sob a autoridade do rei era seu patrimônio. Desta forma ele poderia conceder benefícios em terras àqueles que lhe prestavam serviços, em virtude dos laços de lealdade mútua. Sob os carolíngios esses bens tornaram-se hereditários, constituindo as bases do feudalismo. Neste caso, “feudum” substituiu no latim a palavra “beneficium”.

“Francia” - a terra dos francos, em substituição a “Gallia”, terra dos gauleses conquistados.

“francus” - franco, daí homem livre, em oposição aos gauleses subjugados pelos francos; franco, moeda francesa de ouro, cunhada pela primeira vez em 1360 pelo rei João II. Trazia a inscrição “ Francorum rex”, daí o substantivo franco (moeda).

“helmus” - capacete; suplantou o latim “galea”.

“heraldus” - arauto, chefe do exército.

“mariscalcus” - encarregado de cuidar dos cavalos; veterinário de cavalos; posteriormente, posto militar: marechal.

“marka” - limite, fronteira (cf. marquês (português), marquis (francês)).

“orgolium” - orgulho; substituiu o latim “superbia” (cf. orgueil (francês))

“treuwa” - trégua (cf. francês trêve)

“warda” - guarda, proteção; segundo Bourciez (1967: 164), o w inicial bilabial sonoro passou a ser articulado mediante a anteposição de um fonema gutural oclusivo nas palavras germânicas. Daí a passagem de ‘ warda’ a guarda. Do mesmo radical provêm “guardare” (wardare) e “guardianus” (wardianus), guardião.

“werra” - guerra; suplantou o latim “bellum”, cujo radical permanece em bélico, beligerante, beligerância etc.

“wisa” - maneira, modo; corresponde ao latim “modus”; em português aparece na expressão “ à guisa de” = à maneira de.

Ocorreram também hibridismos formados de radical germânico e radical

latino, como nos exemplos abaixo, colhidos do francês:

*“haltus” (hauh+altus) – haut (alto), o h inicial germânico era aspirado, mas perdeu sua aspiração a partir do século XVI em francês, e atualmente serve apenas para impedir as elisões, segundo Bourciez (1967: 646).

*“brustulare” (brannjan+ustulare) – brûler (queimar)

*“trencare” (trinnan+truncare) – trancher (cortar)

5. Bibliografia

- 1 - BLOCH, Oscar & WARTBURG, Walther von. *Dictionnaire étymologique de la langue française*. 6. éd. Paris, PUF, 1975.
- 2 - BOURCIEZ, Édouard. *Éléments de linguistique romane*. 5. éd.. Paris, Klincksieck, 1967.
- 3 - CÉSAR. *Guerre des Gaules*. 6. éd.. Paris, Belles Lettres, 1959. v.2.
- 4 - ELIA, Sílvio. *Preparação à Linguística Românica*. Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1974.
- 5 - FOURNIER, Gabriel. *Les Mérovingiens*. 2. éd. mise à jour. Paris, PUF, 1969. (Que sais-je? 1238)
- 6 - LAFFONT-BOMPIANI. *Le nouveau dictionnaire des oeuvres de tous les temps et de tous les pays*. Nouvelle édition actualisée. Paris, Robert Laffont, 1994. v. 4. p. 4792.
- 7 - LOYN, Henry R. . *Dicionário da Idade Média*. Reimp. . Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1992.
- 8 - MACHADO, José Pedro. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 2. ed. Lisboa, Editorial Confluência , 1967. 3 v.
- 9 - MAGNE, Augusto. *O mais antigo documento da língua francesa; ensaio sobre a parte francesa dos juramentos de 842*. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1955.
- 10 - MUSSOT-GOULARD, Renée. *Charlemagne*. Paris, PUF, 1984. (Que sais-je? 471)
11. _____. *La France Carolingienne (843-987)*. 2. éd.. Paris, PUF, 1994. (Que sais-je? 2390)
- 12 – RICHÉ, Pierre. *Grandes invasões e impérios; séculos V a X*. Trad. Manuel J.Palmeirim.Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1980.
- 13 - RICHÉ, Pierre & LE MAITRE, Philippe. *Les invasions barbares*. 9. éd. corr.. Paris, PUF, 1996. (Que sais-je? 556)
- 14 - TACITE. *La Germanie*. 2. tir. Paris, Belles Lettres, 1962.
- 15 - TOYNBEE, A.J.. *A herança dos Gregos*. Trad.Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1984.
- 16 - VÄÄNANEN, Veikko. *Introduction au Latin Vulgaire*. 2. éd.. Paris, Klincksieck, 1967.